









DECRETO Nº 875/2025 11 de Novembro de 2025

Dispõe sobre a nomeação de membros compor Comissão para a Regularização Fundiária, para executar processos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S). Estabelece atribuições dos membros tendo em vista as normas gerais e procedimentos aplicáveis à REURB-S Município de São âmbito do Cristóvão/SE, de acordo com a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e o Decreto Federal nº 9.310, de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO, ESTADO DE

SERGIPE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como considerando a Lei Federal nº 13.465/2017 e o Decreto Federal nº 9.310/2018 que tratam da Regularização Fundiária Urbana (REURB),

CONSIDERANDO a instituição, pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, das normas gerais para a "REURB-S" REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL e "REURB-E" REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO no âmbito urbano e rural, estabelecendo as diretrizes para a REURB no Território brasileiro;

CONSIDERANDO o que estabelece o Plano Diretor Municipal, Lei nº 470/2020, em que promove a organização dos espaços urbanos habitáveis e bem-estar da cidade;

CONSIDERANDO os estudos do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS que estabelece áreas de regularização fundiária;

CONSIDERANDO a existência de grande número de núcleos urbanos irregulares na cidade, de seus problemas registrais, sociais, urbanísticos e ambientais decorrentes da falta de regularização fundiária;











CONSIDERANDO a necessidade de se promover o reordenamento ambiental no espaço urbano, de modo racional e sustentável;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar o crescimento do Município e a regularização imobiliária dos bairros e comunidades que constituem núcleos urbanos informais;

CONSIDERANDO o interesse público no registro predial, gerando o bem-estar, a dignidade, a segurança jurídica da população e o crescimento do Município, fortalecendo a ideia da função social da propriedade, preconizada pela Constituição Federal,

DECRETA:

- **Art. 1º** Ficam designados os seguintes servidores para integrarem a COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA do Município de São Cristóvão, criada pelo Decreto Municipal nº 461/2024, órgão colegiado que será responsável pela orientação, avaliação, acompanhamento e validação dos expedientes referentes aos processos administrativos da REURB-S;
- § 1º A comissão de regularização fundiária é formada por 04 (quatro) membros, sendo eles:
 - I. Nathália de Moura Barbosa CPF: ***.938.955 **
 - II. José Antônio Santos Couto CPF: ***.079.765-**
 - III. Maria Helena dos Santos Fortes Silva CPF: ***.710.145-**
 - IV. Flávia Mandt Lima Figueiredo CPF: ***.010.645 **
- § 2º Ficará a cargo da servidora indicada no inciso I a presidência dos trabalhos da Comissão.
- **§ 3º** A REURB deverá ser realizada observando-se as disposições deste Decreto, da Lei Federal nº 13.465/2017, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e do Decreto Federal 9.597/2018, das demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.
 - Art. 2º São atribuições da Comissão de Regularização Fundiária:
 - I. implementar os processos de Regularização Fundiária Urbana de interesse social (REURB-S) no Município em consonância com a Lei Federal nº 13.465/2017 e demais legislações que tratam da matéria;













- II. promover a Regularização Fundiária e urbanização de núcleos urbanos informais, bem como exercer a responsabilidade pela análise e aprovação dos planos de regularização fundiária;
- III. instaurar a abertura dos processos de Regularização Fundiária e seu processamento, seja ele de iniciativa do próprio Município ou deferido a partir de requerimento dos legitimados;
- IV. solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do parcelamento constante no processo de regularização;
- V. estabelecer áreas prioritárias para a Regularização Fundiária;
- VI. conduzir os processos de REURB no âmbito da administração municipal;
- VII. produzir os atos administrativos correspondentes aos processos de REURB;
- **VIII.** mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de REURB;
 - IX. emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF);
 - **X.** solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de REURB, quando de interesse social;
 - XI. fiscalizar o recebimento das obras de infraestrutura essencial e das compensações urbanísticas e ambientais previstas no projeto urbanístico e no termo de compromisso;
- XII. assessorar o Prefeito naquilo que disser respeito à REURB;
- XIII. dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão.
- **XIV.** verificar e atestar a existência de núcleo urbano informal consolidado até 22 de dezembro de 2016;
- § 1º Os órgãos ou entidades municipais deverão, sempre que necessário e a partir de requisição da Comissão, disponibilizar representantes técnicos para auxiliar na análise de documentos e estudos específicos relativos aos atos de sua competência.
- **Art. 3º** Para execução dos trabalhos da Comissão, poderá requerer a expedição de certidões junto ao Cartório de Registro de Imóveis da comarca, observada a gratuidade de sua expedição para os casos específicos de Modalidade da REURB-S.
- **Art. 4º** A instauração do Procedimento Administrativo de Regularização Fundiária é realizada considerando as competências do Município para







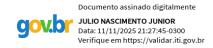




requerimento, instauração, processamento, análise e aprovação da REURB, conforme artigo 14, I artigo 30, inciso II, e artigo 32 todos da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de São Cristóvão, Estado de Sergipe, 11 de novembro de 2025, 435° da Cidade, 203° da Independência e 136° da República.



JÚLIO NASCIMENTO JÚNIOR

Prefeito Municipal



MARCOS ANTONIO DE AZEVEDO SANTANA

Secretário Municipal de Governo e Gestão

SEI nº 2025.0009.000001060-5